

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Segurança Alimentar.

Período de Análise: 01/10/2016 a 31/10/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio Eletrônico da CPT
Sítio Eletrônico da CONAB
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice:

Assentados goianos vendem orgânicos por aplicativo de mensagens. Site do INCRA, 03/10/2016.	4
Conab comprará sementes de agricultores familiares no Piauí. Site da CONAB, 03/10/2016.	4
ESPÍRITO SANTO: agricultura familiar recebe mais de R\$ 2 mi para novos contratos. Site da CONAB, 03/10/2016.	5
Orgânicos na merenda em Porto Alegre: agora é Lei. site do MST, 05/10/2016.....	6
Assentados recebem caminhão refrigerado e fornecerão alimentos para escolas. Maisa Lima. Site do MST, 05/10/2016	8
RORAIMA: Projetos do PAA destinarão 190 t de alimentos a comunidades carentes. Site da CONAB, 04/10/2016.....	8
Governo federal comprará sementes da agricultura familiar no Piauí. Site do MDSA, 06/10/2016.	9
PAA Leite: MDSA repassa R\$ 4,5 milhões a agricultores familiares de MG. Site do MDSA, 06/10/2016.	10
Pastagem plantada em mutirão vai qualificar produção leiteira em Canguçu/RS. Site do INCRA, 10/10/2016.	11
PARAÍBA: Conab beneficia quase 160 mil pessoas por meio do PAA. Site da CONAB, 10/10/2016.	13
Pesquisa mostra que a rejeição aos agrotóxicos ganhou a consciência da população. Inês Castilho. Site do MST, 10/10/2016.....	13
BAHIA: Associações e cooperativas recebem capacitação no PAA. Site da CONAB, 11/10/2016.	16
MS: Agricultores familiares recebem sementes de milho para cultivo na safra 2016/2017. Site da CONAB, 14/10/2016.	16
MDSA participa de reunião do Comitê de Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas em Roma. Site do MDSA, 17/10/2016.....	17
Alimentação saudável: programas incentivam compras da agricultura familiar. Site do MDSA, 17/10/2016.	18
PAA Sementes: Governo federal comprará 148 toneladas de sementes de arroz em Alagoas. Site do MDSA, 17/10/2016.....	20
Incra participa da reunião do Comitê Mundial de Segurança Alimentar da FAO em Roma. Site do INCRA, 17/10/2016.	21
Segurança alimentar em debate. Waleska Barbosa. Site do MMA, 18/10/2016.....	23
Gestores estaduais discutem educação alimentar e compras da agricultura familiar. Site do MDSA, 20/10/2016.	25

Debate sobre alimentação saudável envolve mais de 500 estudantes no Sul de Minas. Geanini. Site do MST, 21/10/2016	26
PAA entra em nova fase de apoio à agricultura familiar, diz ministro. Site do MDSA, 24/10/2016.	29
Para agricultores familiares, PAA é sinônimo de segurança na comercialização. Site do MDSA, 24/10/2016.	30
Seminário Internacional discute a luta contra os agrotóxicos. Íris Pacheco. Site do MST, 25/10/2016.....	32
Alimentos orgânicos da Reforma Agrária chegam a um dos maiores Shoppings de Porto Alegre. Catiana de Medeiros. Site do MST, 25/10/2016.....	33
MARANHÃO: Conab fortalece parceria para a agricultura familiar. Site da CONAB, 26/10/2016.	35
Governo federal vai comprar mais de 297 toneladas de sementes da agricultura familiar. Site do MDSA, 27/10/2016.	36
Portaria estabelece diretrizes para promoção da alimentação saudável nos ministérios. Site do MDSA, 27/10/2016.	36
MDSA repassa R\$ 13,2 milhões a agricultores familiares do PAA. Site do MDSA, 27/10/2016.	38
Milho transgênico aprovado pela CTNBio jamais foi testado em condições brasileiras. Luiz Felipe Albuquerque. Site do MST, 28/10/2016	39
Pará: Conab beneficia 12,4 mil famílias com cestas de alimentos. Site da CONAB, 31/10/2016.	43

Assentados goianos vendem orgânicos por aplicativo de mensagens. Site do INCRA, 03/10/2016.

A troca de mensagens instantâneas pelo celular passou a ser uma importante ferramenta de comercialização para oito famílias de trabalhadores rurais do assentamento Lagoa Seca, no município goiano de Barro Alto. Há quase um ano, elas fornecem alimentos por meio de pedidos feitos pelo aplicativo WhatsApp. O grupo já tem cerca de 200 inscritos.

No domingo, os agricultores oferecem seus produtos, que variam entre hortaliças e frutas orgânicas, mel, ovos, frango, etc. Na segunda-feira, são contabilizados os pedidos, separados de acordo com a necessidade e quantidade demandada, formando cestas de alimentos. Na terça-feira pela manhã, os pedidos são levados até a casa dos compradores.

Entre as vantagens das vendas pelo aplicativo estão a eliminação do atravessador, menos desperdício das mercadorias e estímulo à organização dos produtores.

Orgânicos

Outro atrativo dos produtores do Lagoa Seca é o fato da produção ser orgânica. Além das entregas para o grupo do WhastApp, os agricultores fazem feira em Barro Alto e no povoado de Verdelândia, entregando aos clientes hortaliças, verduras, leite, ovos e frango caipira.

Para saber

O assentamento Lagoa Seca está situado em Barro Alto, distante cerca de 220 quilômetros de Goiânia, na região central de Goiás, no Vale do São Patrício.

O Lagoa Seca tem 27 famílias de trabalhadores rurais que se dedicam principalmente à criação de gado leiteiro. Ao todo, o município conta com três áreas da reforma agrária e uma população de aproximadamente 80 assentados.

Conab comprará sementes de agricultores familiares no Piauí. Site da CONAB, 03/10/2016.

A partir desta segunda-feira (3), estão abertas as inscrições para a venda de sementes de milho crioula e feijão caupi guaribas ao governo federal. A compra será feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por intermédio da Superintendência Regional do Piauí, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A habilitação e a proposta de venda deverão ser entregues até as 17h30min do dia 10 de outubro, na sede da Companhia, em Teresina.

A Conab vai adquirir 151.400 kg de sementes de agricultores familiares, sendo 61.000 kg de milho e 90.400 kg de feijão. A compra foi solicitada pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado, com recursos do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), para distribuição a famílias de pequenos agricultores e assentados.

Para participar, associações ou cooperativas da agricultura familiar devem enviar à Companhia, além da proposta de participação conforme modelo pré-determinado, prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), cópia da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Jurídica, entre outros documentos listados no edital.

Também é preciso que a entidade que pretende ser fornecedora e a cultivar a ser fornecida estejam inscritas no Cadastro Nacional de Cultivares Crioulas, instituído pela Portaria MDA nº 51, de 3 de outubro de 2007. No caso de cultivar convencional, é necessário inscrição do produtor das sementes no Registro Nacional de Cultivares e no Registro Nacional de Sementes e Mudas.

ESPÍRITO SANTO: agricultura familiar recebe mais de R\$ 2 mi para novos contratos. Site da CONAB, 03/10/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) está investindo R\$ 2,56 milhões na compra da produção de 344 agricultores familiares do Espírito Santo por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os nove contratos, na modalidade Compra com Doação Simultânea, preveem o fornecimento de 1,4 mil t de alimentos à rede socioassistencial, beneficiando 10 mil pessoas atendidas por creches, asilos e outras instituições em todo o estado.

Os agricultores contemplados são vinculados a associações e cooperativas dos municípios de Água Branca, Boa Esperança, Colatina, Ecoporanga, Jerônimo Monteiro, Pedro Canário, Pinheiros e Vila Pavão. Eles fornecerão os seguintes produtos como abacate, abacaxi, abóbora, abobrinha, acerola, alface, almeirão, banana, batata-doce, beterraba, biscoito, bolo, broa, brócolis, berinjela, cajá, caju, cebolinha, cenoura, dentre outros.

Dos nove projetos contratados, dois são de associações formadas exclusivamente por mulheres. Entre os fornecedores há também uma associação que só produz alimentos orgânicos e outra de assentados da reforma agrária. Esses agricultores fazem parte do público prioritário do PAA.

A distribuição dos recursos segue critérios definidos nos normativos do programa. Segundo determinado pelo grupo gestor, 45% se destina aos chamados públicos prioritários – 5% para produtores de orgânicos, 15% para povos e comunidades tradicionais e 25% para assentados da reforma agrária. Os 55% restantes são direcionados às demais propostas da agricultura familiar. Todos os projetos devem respeitar o mínimo de 40% de mulheres. Havendo propostas de grupos formados somente por mulheres rurais, elas terão prioridade sobre as demais, ocasionando uma redistribuição da receita.

Executado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, o PAA oferece aos pequenos agricultores garantia de compra de sua produção por preços remuneradores, gerando renda e inclusão social no meio rural.

Orgânicos na merenda em Porto Alegre: agora é Lei.site do MST, 05/10/2016

Alimentação mais saudável para as crianças é o objetivo da Lei 12.125, que “obriga o Executivo Municipal a adquirir produtos orgânicos para serem incluídos no cardápio da merenda escolar dos estabelecimentos da rede municipal de ensino”. Mais um avanço conquistado com forte mobilização coletiva. O texto, aprovado pela Câmara em 18/08,

definiu percentuais para a compra de alimentos livres de agrotóxicos: 10% a cada ano até chegar a 50% a partir do quinto ano de vigência da lei.

Depois de São Paulo, onde o prefeito Fernando Haddad (PT) sancionou lei semelhante em 2015, Porto Alegre se tornou a segunda capital do País a ter garantido por lei uma merenda mais saudável. “Vitória coletiva! As escolas municipais terão produtos orgânicos na merenda!”, comemorou o vereador Marcelo Sgarbossa (PT), autor da proposta junto com o Coletivo Cidade mais Humana.

“A produção orgânica estabelece outra relação (não predatória) com a natureza, e também uma maior proximidade entre quem produz e quem consome”, ressalta Marcelo. Vale lembrar que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Cada brasileira consome, em média, 5,3 litros de veneno agrícola por ano. Pesquisas mostram que alguns produtos, como tomate, alface e morango são contaminados por agrotóxicos proibidos para o consumo, sendo que muitos deles podem causar problemas hormonais e até câncer.

Por isso, cabe ao Poder Público promover e garantir a segurança alimentar e nutricional, fomentando mudanças alimentares e socioambientais na sociedade. “A partir do âmbito escolar, cada vez mais a população se conscientizará de que os produtos ou alimentos orgânicos devem, sempre que possível, ser preferidos, não somente pelo menor impacto ao meio ambiente, mas também pelo menor risco à saúde humana”, conclui Sgarbossa.

Campanha #SancionaFortunati

A mobilização para pressionar José Fortunati a sancionar o projeto de Lei foi uma demonstração de força coletiva. A rede Minha Porto Alegre encampou a luta pela aprovação dos orgânicos na merenda escolar. Muita gente também reforçou a campanha tirando foto com o cartaz #SancionaFortunati.

Agora precisamos seguir mobilizados para fazer essa lei não ficar apenas no papel. Estar

atentos para cobrar do Executivo uma merenda mais saudável às crianças, e ao mesmo tempo um incentivo a produção de alimentos de forma mais sustentável.

Assentados recebem caminhão refrigerado e fornecerão alimentos para escolas. Maisa Lima. Site do MST, 05/10/2016

As 86 famílias que vivem nos Assentamentos da Reforma Agrária Carlos Marighella, Dom Hélder Câmara e Dom Fernando, se reuniram no início da tarde desta terça-feira (4), na Feira Coberta da cidade para receber da Fundação Banco do Brasil um caminhão refrigerado.

“Esse caminhão vai fazer a maior diferença pra nós”, entusiasma-se o presidente da Cooperativa Agropecuária de Produtores Rurais de Itaberaí (Coapri), Avelino Máximo Pereira Neto, conhecido por todos apenas como Neto.

Ele conta que agora a cooperativa terá condições de agregar valor à sua produção e colocar na mesa das crianças de 55 escolas uma merenda saudável. “Nós estamos fornecendo 32 itens da merenda, como alface, carne, repolho, tomate, abobrinha...”.

Com o caminhão refrigerado, esses produtos vão chegar com maior qualidade às escolas dos municípios de Goiás, Itauçu, Americano do Brasil, Caturai, Araçu, Brazabrantes, Santa Rosa, Inhumas, Goianira e, claro, Itaberaí.

Os assentamentos localizados nas imediações do município de Itaberaí, cerca de 100 km de Goiânia faz parte da luta do MST pela terra e pela busca por melhores condições de vida no campo. A produção de alimentos saudáveis é uma das suas principais bandeiras.

RORAIMA: Projetos do PAA destinarão 190 t de alimentos a comunidades carentes. Site da CONAB, 04/10/2016.

Famílias em condições de insegurança alimentar em Boa Vista receberão alimentos produzidos por agricultores familiares do estado. A ação faz parte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que assinou dois novos contratos com a Associação Agropecuária do Projeto de Assentamento Nova Amazônia Pollo II, no valor de R\$ 88 mil, e com a Associação de Agricultores Familiares do Polo I, Elifas Levi Filho, no valor de R\$ 448 mil.

Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), a Companhia adquire produtos da agricultura familiar e doa a instituições socioassistenciais previamente cadastradas. Nessa operação, foram assinados contratos para o fornecimento de produtos cultivados por trabalhadores da região adjacente à capital com benefícios diretos para 67 famílias de pequenos agricultores.

No total, serão destinadas 190,4 toneladas de alimentos como abóbora, alface, banana, bolo de macaxeira, cebolinha, coentro, couve, feijão, mamão, manga, maxixe, mel de abelha, melancia, milho verde, murici, rúcula e carne de frango, entre outros.

As doações ocorrerão ainda no mês de outubro e vão contemplar aproximadamente 500 pessoas atendidas pela Cooperativa de Empreendimentos Solidários de Boa Vista e outras 8 mil pessoas integrantes de grupos familiares cadastrados nas atividades sociais da Associação Grupo de Mães Anjos de Luz.

O objetivo é fortalecer a rede de distribuição de alimentos por meio da Compra com Doação Simultânea, uma das modalidades do PAA.

Governo federal comprará sementes da agricultura familiar no Piauí. Site do MDSA, 06/10/2016.

Compra será feita por meio da modalidade Aquisição de Sementes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Brasília – O governo federal vai adquirir 151 toneladas de sementes de feijão caupi e de milho crioulo. A compra será feita por meio da modalidade Aquisição de Sementes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). O investimento será de R\$ 1,2 milhão.

Para participar da chamada pública, os agricultores interessados têm até o dia 10 deste mês para apresentar a documentação necessária na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no Piauí.

“A nossa preocupação é com o pequeno agricultor. Estamos auxiliando na compra e doando as sementes para que a produção seja ainda melhor”, destaca o diretor de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar do MDSA, José Paulo de Almeida.

Há 25 anos, Domingos Reginaldo dos Santos, 60 anos, trabalha no povoado Fazenda Soares, no interior do Piauí. Para ele, o programa é um grande auxílio. “Essa ação do governo federal é muito importante, porque o agricultor tem a oportunidade de estar no mercado certo”, afirma.

Cada organização poderá fornecer até R\$ 6 milhões por ano ao PAA Sementes, sendo que o limite por agricultor será de R\$ 16 mil anuais.

As sementes compradas pelo governo federal serão doadas às famílias que tenham Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Física), com prioridade para aquelas inscritas no Cadastro Único, mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

PAA Leite: MDSA repassa R\$ 4,5 milhões a agricultores familiares de MG. Site do MDSA, 06/10/2016.

No total, 95 mil famílias já foram atendidas pelo programa no estado. O repasse beneficia 11 mil agricultores familiares

Brasília – O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) repassou R\$ 4,5 milhões aos agricultores familiares de Minas Gerais que venderam seus produtos na modalidade Compra e Incentivo a Produção e Consumo de Leite do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No total, 11 mil agricultores familiares produzem leite para 95 mil famílias de baixa renda e 158 entidades do estado. Desde 2013, já foram repassados R\$ 92,7 milhões para os agricultores mineiros.

“O PAA Leite é um auxílio muito grande para os pequenos produtores. Para o ministério, é muito importante manter esse programa”, afirma o diretor de Apoio à Comercialização e Distribuição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), José Paulo de Almeida.

Marli Duarte de Souza é produtora rural em Buriti (MG). Para ela, o programa possibilita o aumento de sua produção. “Esse convênio é importante, porque é mais um incentivo para agricultura familiar escoar o seu produto. É uma venda boa, um dinheiro a mais para continuar produzindo”.

A distribuição gratuita de leite e o incentivo à produção de leite dos agricultores familiares são os principais objetivos do PAA Leite. Além de contribuir para que famílias de baixa renda tenham acesso a uma alimentação de melhor qualidade, o leite é vendido pelos agricultores a preço justo, melhorando a concorrência dos mercados.

O leite é doado prioritariamente para entidades da rede socioassistencial, de saúde e educação, para atender às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional ou diretamente para famílias registradas no Cadastro Único, com perfil de renda do Programa Bolsa Família.

O agricultor familiar que participa do PAA Leite deve possuir Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), respeitar o limite de venda de 100 litros por dia por produtor e ter comprovante de vacinação dos animais.

Pastagem plantada em mutirão vai qualificar produção leiteira em Canguçu/RS. Site do INCRA, 10/10/2016.

Nas duas últimas semanas, um grupo de famílias assentadas no município de Canguçu (RS), realizou cinco mutirões para plantar mudas de capim elefante Kurumi e de Hemarthria - dois tipos de pastagem perene que vão beneficiar a produção leiteira. A atividade foi realizada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater-RS/Ascar) no município que presta assistência técnica aos agricultores, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Clima Temperado.

As variedades escolhidas visam qualificar a produção. "O capim Kurumi é perene e de crescimento rápido, bom pra preencher os vazios forrageiros (épocas do ano com maior escassez de pastagem). A Hemarthria é uma pastagem que vai bem em solos de baixa fertilidade, e possui um manejo simples", explica o engenheiro agrônomo da Emater, Samuel Rutz. Foram plantadas cinco áreas nos assentamento União (3), Arroio das Pedras (1) e Salso (1). As mudas vieram da Embrapa e das terras de outro agricultor da região e do próprio técnico da Emater.

O trabalho coletivo foi uma escolha do grupo - oito famílias que se reúnem com frequência e sob orientação da assistência técnica para tratar de temas relacionados à produção leiteira. Rutz lembra que o plantio das mudas (2 mil por família) é uma atividade penosa, a princípio, mas que com o mutirão, o serviço tornou-se rápido e de fácil execução, "além de proporcionar a integração do grupo".

Qualidade

Na semana passada, o lote de Nestor Schuler, no assentamento União, recebeu o mutirão. "É o único jeito de fazer uma pastagem melhor para as vacas", garante o assentado. A família trabalha com leite há oito anos - das 45 vacas, 16 são para esta linha produtiva e, atualmente, a metade está em lactação. O leite é entregue à Cooperativa Terra Nova.

De olho na qualidade, Schuler também está investindo no melhoramento do rebanho, com a aquisição de vacas holandesas. Além do leite, o agricultor cria terneiros/bezerros para venda - o trabalho com gado vem desde que a família foi assentada, em 1998. Schuler conta que era capataz da antiga fazenda que virou assentamento. "A vida melhorou. Não tem patrão para mandar. Sou mais livre", afirma. Nesta trajetória, o leite agora é o destaque para o sustento da família: "Quem tá com leite, tá melhor. É uma renda garantida".

Rutz, da Emater, tem observado uma tendência no Estado que se reflete também nos assentamentos, a de diminuição do número dos agricultores produtores de leite, acompanhada de uma busca por mais qualificação daqueles que permanecem nesta linha produtiva. É o caso das famílias do grupo de Canguçu, que com a assistência técnica da Emater trata coletivamente da qualidade do leite, sanidade do rebanho, calendário de vacinação, cuidado e manutenção dos equipamentos de resfriamento e ordenha,

acompanhamento econômico do lote e alimentação do rebanho. Neste ponto, a programação inclui a realização de mais dois mutirões de plantio de pastagens neste mês.

PARAÍBA: Conab beneficia quase 160 mil pessoas por meio do PAA. Site da CONAB, 10/10/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) está investindo cerca de R\$ 1,4 milhão em cinco projetos da Paraíba por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os novos contratos contemplarão 175 agricultores familiares com a compra de frutas e verduras que serão doados a entidades socioassistenciais.

Pequenos produtores vinculados a associações e cooperativas fornecerão 501 toneladas de alimentos para quase 160 mil pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Alimentos como abacaxi, cenoura, batata-doce, raiz de mandioca e coco verde, serão doados para unidades dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), creches e associações comunitárias.

A Associação dos Produtores Rurais de Canudos, no município de Cruz do Espírito Santo, Associação dos Produtores de Agricultura Familiar, de Santa Rita, a Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Zumbi dos Palmares, de Mari, Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Boa Esperança, em Jacaraú, e a Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Frei Anastácio, no Conde, são as beneficiadas pelo programa no estado.

Pesquisa mostra que a rejeição aos agrotóxicos ganhou a consciência da população. Inês Castilho. Site do MST, 10/10/2016

Pesquisa nacional do Ibope, encomendada pelo Greenpeace, mostra que a rejeição aos agrotóxicos ganhou a consciência da população de todas as faixas etárias, classes sociais

e níveis de escolaridade, tanto nas capitais quanto no interior, em todas as regiões do país. A quantidade de agrotóxicos aplicados nas lavouras é “alta” ou “muito alta”, conforme 81% dos brasileiros – especialmente das brasileiras, que mais se ocupam com a alimentação familiar.

Foram realizadas 2.002 entrevistas com a população acima de 16 anos, em 142 municípios do país. A percepção é mais pronunciada no interior (82%) do que nas capitais (79%). E em municípios de até 50 mil habitantes (83%), em relação àqueles com mais de 500 mil habitantes (79%).

Essa percepção é também maior na faixa de renda com mais de cinco salários mínimos (83%), e menor nas pessoas com renda de até um salário (74%). Na região Sudeste (83%) do que na Nordeste (77%). E significativamente mais ampla na faixa etária de 35 a 44 anos (84%) que entre os jovens de 16 a 24 (73%).

“Consideramos que há uma certa homogeneização no modo de perceber o problema”, analisa o cientista político Rafael Cruz, da campanha de Agricultura e Alimentação do Greenpeace. “A maioria dos jovens ainda não se preocupa em abastecer o domicílio. E a população dos pequenos municípios tem contato mais direto com os agrotóxicos. Mas o problema está visível para todos os públicos, e segue a tendência atual de cuidados com a saúde”.

Em 2015 o Instituto Nacional do Câncer (Inca) divulgou um relatório em favor da agroecologia como forma de mitigar e reduzir a incidência de câncer, com repercussão nos grandes telejornais. “Não tem sido fácil esconder o problema”, diz Cruz.

MERENDA COM VENENO

A pesquisa do Ibope mostrou que 82% dos brasileiros consideram “muito importante” que os prefeitos e vereadores apresentem propostas para oferecer merenda escolar sem

agrotóxicos na rede pública de ensino. O estudo está sendo apresentado aos candidatos nas cidades onde haverá segundo turno, em particular no Rio de Janeiro.

São Paulo é a única capital brasileira que tem política de transição para merenda escolar orgânica, num período de 11 anos, por lei sancionada Em 2015. Porto Alegre acaba de aprovar lei que obriga o Executivo a comprar 10% de alimentos livres de agrotóxicos por ano, até chegar a 50%.

Também no caso da merenda a pesquisa do Ibope não identificou grandes contrastes entre regiões do Brasil, faixa etária, de renda e escolaridade, embora a qualificação de “muito importante” para a merenda escolar sem agrotóxico seja maior entre pessoas com renda superior a 5 salários mínimos (88%) do que para quem ganha até um salário (77%).

“Quando os municípios começam a discutir a alimentação nas escolas, é possível pensar numa transição para um outro sistema de produção agrícola no país”, analisa o cientista político do Greenpeace.

8 BILHÕES DE REFEIÇÕES

Uma estimativa a partir do Censo Escolar 2015 mostra que os 5.570 municípios brasileiros servem cerca de 8 bilhões de refeições por ano em suas redes municipais de ensino.

Segundo a lei 11.947/2009, no mínimo 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

Em 2014, a prefeitura de São Paulo investiu 8,99% dos seus recursos na aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar. O Rio de Janeiro, nem um centavo. As

prefeituras de Belo Horizonte (29,72%) e Porto Alegre (35,96%) atingiram a meta dos 30%

Apenas 3% dos recursos foram usados em 2013-2014 para compra de alimentos orgânicos, segundo relatório do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

BAHIA: Associações e cooperativas recebem capacitação no PAA. Site da CONAB, 11/10/2016.

Representantes de organizações da agricultura familiar concluem, nesta sexta-feira (14), as oficinas de capacitação de fornecedoras e das unidades receptoras que executarão a modalidade de Compra com Doação Simultânea, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Após o treinamento serão entregues informações técnicas com o objetivo de formalizar novas propostas de adesão ao PAA. Essas capacitações estão sendo realizadas, simultaneamente, na sede da Conab em Salvador e na Unidade Armazenadora de Irecê, com foco nas responsabilidades e obrigações dos participantes, no âmbito do programa.

O treinamento teve início no dia 3 deste mês e contempla as normas do Plano de Ação apresentado pela Conab ao Tribunal de Contas da União, com efeitos diretos na transparência dos gastos públicos. A ação é realizada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

MS: Agricultores familiares recebem sementes de milho para cultivo na safra 2016/2017. Site da CONAB, 14/10/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento(Conab), por meio da Superintendência do estado do Mato Grosso do Sul formalizou a aquisição de 118,8 toneladas de sementes de milho da variedade AL Bandeirantes pelo valor de R\$ 645 mil, para doação a agricultores familiares em diversos municípios do estado.

O produto foi adquirido da Cooperativa dos Agricultores Familiares da Região Centro Paulista (Cooperfasc), situada no município de Motuca em São Paulo, por meio de chamada pública do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A previsão de entrega das sementes está marcada para o início de novembro.

Serão beneficiadas com a doação cerca de 7 mil famílias de pequenos agricultores em todo o estado, sendo 5,5 mil nos municípios de Sidrolândia, Ponta Porã, Itaquiraí, Nova Andradina, Terenos e Nioaque, conforme demanda do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e 1,6 mil agricultores na região de Campo Grande, Dourados e Itaporã, atendendo solicitação da Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DFDA). As sementes de milho serão utilizadas para cultivo na safra 2016/2017.

MDSA participa de reunião do Comitê de Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas em Roma. Site do MDSA, 17/10/2016.

Secretário Caio Rocha apresentará programas e ações do governo federal para a promoção da alimentação saudável e adequada

Brasília – Os programas e ações do governo federal para a promoção da alimentação saudável e adequada serão apresentados na 43ª Sessão Plenária do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que começa nesta segunda-feira (17) e segue até sexta-feira (21), em Roma, na Itália. O CSA é um organismo intergovernamental que serve como um fórum para a revisão e acompanhamento das políticas de segurança alimentar e nutricional.

“O Brasil tem coordenado um conjunto de políticas para garantir a alimentação adequada para a população mais pobre, principalmente para as 14 milhões de famílias do Bolsa Família. Nosso desafio é retirar 1,5 milhão de pessoas da situação de insegurança alimentar”, afirma o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Caio Rocha.

De acordo com ele, o governo federal tem reforçado ações, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Cisternas e a merenda escolar. Juntas, essas iniciativas promovem a compra de alimentos da agricultura familiar e a inclusão produtiva rural das famílias mais pobres do país.

Desde sua criação, o PAA já investiu quase R\$ 6 bilhões na compra de alimentos da agricultura familiar, o que beneficiou 1,4 milhão de agricultores familiares. Os produtos foram doados para 95,3 mil entidades, onde foram atendidas 121 mil pessoas em situação de vulnerabilidade. Até o final de 2016, o MDSA investirá R\$ 478 milhões no PAA, o que atenderá 80 mil agricultores.

Já o Programa Cisternas beneficiou quase 1,3 milhão de famílias com as cisternas de 16 mil litros em 1.222 municípios de 14 estados. No caso das cisternas de consumo, cada reservatório atende uma família de até cinco pessoas num período de estiagem de oito meses. Além disso, 180 mil famílias também já foram beneficiadas com as tecnologias de armazenamento de água que viabilizam a produção de alimentos e criação de pequenos animais, entre outras atividades.

Em Roma, o secretário Caio Rocha vai falar sobre as ações do governo federal na segunda-feira (17), na abertura da sessão *Sistemas Alimentares Sustentáveis, Nutrição e Mudança Climática*. Na terça (18), ele participa do evento paralelo *Como reduzir perdas e desperdícios de alimentos e melhor conectar os agricultores familiares ao mercado*.

Sessões - Com o tema “Fazendo a diferença na Segurança Alimentar e Nutricional”, a 43ª Sessão Plenária do Comitê de Segurança Alimentar Mundial reúne representantes de governos e sociedade civil. Nas sessões e eventos paralelos, são discutidos temas e aprovados documentos que servem de referência para as políticas públicas em diversos países.

Alimentação saudável: programas incentivam compras da agricultura familiar.
Site do MDSA, 17/10/2016.

MDSA garante políticas para aprimorar a produção, abastecimento e acesso da população a alimentos

Brasília – O agricultor familiar Luiz Ernani Macedo, 58 anos, produz mandioca, frutas e legumes no município de Cachoeira do Sul (RS). Atualmente, ele vive a expectativa de vender para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra Institucional. Para ele, o governo deveria comprar ainda mais da agricultura familiar. “Esse mercado direto melhora nossa situação financeira. A gente trabalha sabendo que vai vender por um preço melhor. Isso nos incentiva a fazer um produto de qualidade”. Assim como Luiz Ernani, milhares de agricultores familiares são beneficiados pelas políticas do governo federal que promovem a inclusão produtiva rural das famílias mais pobres.

Segundo o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Caio Rocha, os programas e ações têm por objetivo aprimorar a produção, o abastecimento e o acesso da população a alimentos saudáveis.

No Dia Mundial da Alimentação, comemorado no dia 16 de outubro, ele lembra a importância de avaliar as ações desenvolvidas e enfrentar os desafios.

“Saímos do Mapa da Fome da FAO [Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)] em 2014. Agora, precisamos intervir na dimensão social das doenças decorrentes da má alimentação. Vamos priorizar a alimentação adequada, enfrentar o crescimento da obesidade e reduzir o número de famílias que ainda estão em situação de vulnerabilidade”, afirmou.

Para alcançar esses objetivos, explica Caio, o Brasil conta com exemplos de referência mundial, como o PAA, o estímulo às Compras Institucionais e a merenda escolar. Desde sua criação, o Programa de Aquisição de Alimentos já investiu quase R\$ 6 bilhões na compra de produtos da agricultura familiar, o que beneficiou 1,4 milhão de agricultores familiares.

O PAA compra alimentos dos agricultores familiares, sem necessidade de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pelas redes públicas de ensino, saúde e assistência social. O programa também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar.

Nas Compras Institucionais, os agricultores familiares conseguem comercializar, de forma simplificada, seus produtos para os governos federal, municipais e estaduais. Com a atual legislação (decreto 8.473/2015), que determina que órgãos da

administração pública federal comprem, no mínimo, 30% dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, o mercado potencial dessas compras é de R\$ 2,7 bilhões.

Além disso, ações intersetoriais possibilitaram que 30% dos alimentos, que serão consumidos nas escolas, sejam comprados dos produtores locais. “Essas iniciativas são novos paradigmas na implementação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Fortaleceremos também diversas políticas para este setor como crédito, assistência técnica, apoio à comercialização, proteção da produção e da renda e acesso à água”, destacou.

Plano – Um dos compromissos do governo federal com a promoção da alimentação saudável e adequada é o segundo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), principal instrumento de planejamento, gestão e execução das ações para o período de 2016 a 2019. O plano traz um conjunto de 121 metas e 99 ações estruturadas a partir dos grandes desafios voltados para o acesso, a produção e o consumo de alimentos saudáveis.

“O Brasil é um grande produtor de alimentos. Temos, portanto, que ter um plano de segurança alimentar com ações efetivas para que possamos nos colocar em um padrão de destaque em nível mundial”, afirmou o secretário.

PAA Sementes: Governo federal comprará 148 toneladas de sementes de arroz em Alagoas. Site do MDSA, 17/10/2016.

Compra será feita por meio da modalidade Aquisição de Sementes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Brasília – Os agricultores familiares de Alagoas terão mais autonomia na hora de produzir graças às sementes que serão compradas pelo governo federal na modalidade Aquisição de Sementes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). No total, serão investidos R\$ 905 mil na compra de 148 toneladas de sementes de arroz.

As sementes compradas pelo governo federal serão doadas às famílias que tenham Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Física), com prioridade para aquelas inscritas no Cadastro Único, mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

Para participar da chamada pública, os agricultores interessados em vender as sementes têm até o dia 21 deste mês para apresentar a documentação necessária na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em Alagoas.

Cada organização poderá fornecer até R\$ 6 milhões por ano ao PAA Sementes, sendo que o limite por agricultor será de R\$ 16 mil anuais.

Inkra participa da reunião do Comitê Mundial de Segurança Alimentar da FAO em Roma. Site do INCRA, 17/10/2016.

O presidente do Incra, Leonardo Góes, participa da reunião anual do Comitê Mundial de Segurança Alimentar (CSA), ligado à Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). No evento, que se realiza entre segunda e sexta-feira (21), em Roma, serão discutidas questões relacionadas ao combate à fome e à pobreza, além de temas que dizem respeito às condições de vida dos produtores da agricultura familiar.

Segundo Góes, o convite à autarquia representa o reconhecimento do trabalho desenvolvido em favor do desenvolvimento sustentável das famílias beneficiárias do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). “A reunião do CSA permite a troca de experiências entre os diversos países e organismos internacionais. Além de apresentar os avanços registrados no Brasil, podemos aprender com o trabalho desenvolvido em países com realidades próximas a nossa”, explica Góes.

O presidente do Incra ressalta ainda a importância de ter acesso a pesquisas e estudos desenvolvidos com o respaldo da FAO, do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), do Programa Mundial de Alimentos (PMA) bem como do grupo técnico que assessora o Comitê.

Ação local, mudança global

A ação do CSA busca garantir o direito à alimentação adequada, de acordo com a realidade local. Dados da FAO indicam que 70% dos 570 milhões de áreas destinadas à agricultura em todo o mundo estão nas mãos de pequenos produtores – a maior parte ligada à agricultura familiar. O organismo internacional destaca ainda que o planeta tem 1,4 bilhão de pessoas vivendo na pobreza extrema e que 75% são pequenos produtores rurais.

Transformar essa realidade é o objetivo do Comitê. O presidente do Inca explica que as diversas experiências implementadas nos países em desenvolvimento têm potencial para reduzir drasticamente os níveis de pobreza extrema na América Latina, Ásia, Oceania e África. As ações apresentadas na reunião anual do CSA se baseiam em pontos como a melhoria das condições de vida das populações em vulnerabilidade social – em especial os pequenos produtores –, a geração de empregos na agricultura, a defesa da igualdade social e de gênero, a erradicação do trabalho infantil, a inclusão social, o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável.

“Há diversos problemas que são comuns aos países em desenvolvimento. As dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor para acessar o mercado se repetem no Brasil, na Guatemala ou no Sri Lanka. Observar como cada um supera esses obstáculos nos permite aprimorar os instrumentos já disponíveis e criar outros”, salienta o presidente do Inca.

Presença internacional

O convite da FAO para que o Inca participasse da reunião anual do CSA consolida a presença da autarquia no cenário internacional. Em agosto, o instituto teve atuação destacada no IX Simpósio do Comitê Interamericano Permanente de Cadastro, realizado em Medellín, na Colômbia. No mês seguinte, o Inca foi convidado para fazer uma apresentação durante a II Conferência Interamericana de Cadastro e Registro da Propriedade, na Cidade do Panamá.

Para Góes, é importante o Inca marcar presença nos eventos internacionais relacionados a sua área de atuação. Ele diz que o processo de modernização da autarquia passa necessariamente pela troca de experiências com organismos internacionais, grupos de pesquisadores e órgãos governamentais de outros países.

“Eventos internacionais são espaços privilegiados para conhecer novas tecnologias e iniciativas inovadoras, tendo como base o debate de questões relacionadas à agricultura familiar e à reforma agrária. O Inca também tem a oportunidade de divulgar os resultados de 46 anos de experiência nessa área”, destaca o presidente da autarquia.

Segurança alimentar em debate. Waleska Barbosa. Site do MMA, 18/10/2016.

MMA participou de evento da ONU que chamou a atenção para os efeitos das mudanças climáticas na produção de alimentos.

A relação entre as mudanças climáticas e a segurança alimentar foi apresentada nesta terça-feira (18/10), pelo escritório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em encontro realizado em Brasília. Em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), a FAO promoveu um evento pelo Dia Mundial da Alimentação, comemorado no domingo (16/10), com o tema 'O clima está mudando. A alimentação e a agricultura também devem mudar'.

De acordo com os relatórios mais recentes da instituição, as pessoas mais pobres do mundo – muitas das quais agricultores e pescadores – são as mais afetadas pelas altas temperaturas e o aumento da frequência de desastres naturais ligados às mudanças do clima.

À frente do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o ministro Sarney Filho tem reiterado a mensagem de que as mudanças climáticas exigem dos governos e dos cidadãos novos padrões de produção e consumo. A opinião foi corroborada pelo representante da FAO no Brasil, Alan Bojanic, na abertura do evento. Segundo Bojanic, o mundo precisa lidar com as mudanças climáticas para garantir a produção de alimentos no futuro. “Para isso, precisamos fazer as coisas de forma diferente, o que inclui novas formas de praticar a agricultura, alterações no padrão de consumo e o fim do desperdício de alimentos”, afirmou.

FLORESTAS

O diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão do MMA, Raimundo Deusdará Filho, participou do encontro e afirmou que as pessoas da área florestal estão

engajadas na questão. “Floresta em algum momento é plantar e colher. Isso tem todo um simbolismo e relevância quando se fala em mudanças climáticas. Somos solidários com esse dia e reafirmamos o compromisso com a FAO, com a qual realizamos vários projetos em conjunto, desenvolvendo estratégias para o uso sustentável da floresta”, disse.

Além de Alan Bojanic, também compuseram a mesa de abertura, o ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra; o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Torres; a gerente de Programas da ONU Mulheres Brasil, Ana Carolina Querino; e o representante da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República, Everton Ferreira.

COMPROMISSO DO MMA

No âmbito do MMA, há o compromisso do ministro Sarney Filho em mobilizar toda a estrutura da pasta em função do cumprimento das metas propostas pelo Brasil no Acordo de Paris para conter os efeitos da elevação da temperatura global, e na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas, na agenda ambiental conhecida como 2030.

Alguns dos ODS estão diretamente ligados à questão, como os que propõem Erradicação da Pobreza, Fome Zero, Boa Saúde e Bem-Estar, Consumo e Produção Sustentáveis e Combate às Alterações Climáticas.

POTENCIAL

As três principais fontes de emissões de gases de efeito estufa da agricultura na América Latina e Caribe em 2014 foram a fermentação entérica (58%), o gás produzido nos sistemas digestivos dos ruminantes, o estrume deixado nas pastagens (23%) e os fertilizantes sintéticos (6%), foi o que concluiu o estudo 'O Estado Mundial da Agricultura e Alimentação', publicado pela FAO.

O mesmo relatório indica que a atividade florestal representa o potencial de mitigação das mudanças climáticas na América Latina, com a redução do desmatamento. No âmbito global, a agricultura (incluindo a silvicultura, a pesca e a pecuária), gera cerca de um quinto das emissões de gases de efeito estufa. Para a FAO adotar medidas que

garantam a sustentabilidade da produção de alimentos e a preservação dos recursos naturais é urgente e deve ser colocada na agenda principal de todos os governos.

Durante o encontro foi lançada a Campanha #SemDesperdício, que propõe divulgar, pelas redes sociais, as consequências negativas do desperdício de alimentos para o meio ambiente, o orçamento familiar e a segurança alimentar. A iniciativa é da FAO, em parceria com a Embrapa e a WWF-Brasil.

Gestores estaduais discutem educação alimentar e compras da agricultura familiar. Site do MDSA, 20/10/2016.

Seminário regional reúne mais de 100 representantes das áreas de saúde, educação, assistência social e agricultura

Brasília – Compartilhar experiências de educação alimentar e nutricional e estimular parcerias para fortalecer o mercado de compras institucionais para os agricultores familiares. Com esses objetivos, mais de 100 gestores da saúde, da educação, da assistência social e da agricultura do Distrito Federal, Goiás, Acre e Tocantins participam, nesta quinta (20) e sexta-feira (21), do seminário regional *Educação Alimentar e Nutricional + PAA modalidade Compra Institucional - Fortalecendo ações para promoção da alimentação saudável*, em Brasília.

De acordo com a secretária adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional do MDSA, Lilian Rahal, para discutir alimentação saudável é fundamental falar em produção de alimentos. Ela apontou que a modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma importante ferramenta para alavancar o mercado para os agricultores familiares, ao mesmo tempo em que estimula a produção de alimentos mais saudáveis.

“É muito importante olhar as duas pontas: a educação alimentar e as compras da agricultura familiar. Temos observado que, quando estados e municípios conseguem viabilizar as compras da agricultura familiar, conseguimos ter um cardápio mais diversificado”, destacou.

O presidente do Conselho Federal de Nutricionistas, Élide Bonomo, também ressaltou que as duas áreas devem caminhar juntas. “Quando falamos em rever o modo de

consumir, temos que rever o modo de produzir. Precisamos sair de um modo de produção que está insustentável, com muitos agrotóxicos e transgênicos, até chegar a um modelo agroecológico. O caminho ainda é muito longo”.

Promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), em parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e o Conselho Federal de Nutricionistas, o seminário regional é o primeiro de uma série que será realizada em 14 cidades.

Experiência – Ao participar do encontro em Brasília, a gerente de nutrição da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Karisten Brent, falou das ações voltadas à promoção da alimentação adequada. As experiências vão desde orientações sobre amamentação dos bebês até a ida a supermercados com crianças e idosos para criar cardápios saudáveis e não se deixar enganar pelos rótulos dos produtos.

“A regulação e a rotulagem dos alimentos, por exemplo, são importantes para que todas essas ações juntas consigam mudar a percepção das pessoas em relação à alimentação saudável e a importância delas assumirem o seu papel na hora de escolher os produtos”, afirmou.

Debate sobre alimentação saudável envolve mais de 500 estudantes no Sul de Minas. Geanini. Site do MST, 21/10/2016

De onde vem seu alimento? Quem o produz? Como? Estas são as questões feitas para os estudantes de Campo do Meio, Minas Gerais, na divulgação da Jornada Cultural Nacional “Alimentação saudável, um direito de todos!”.

Os debates integram também a programação do 1º Festival de Cultura Campesina do Sul de Minas e já foram realizados em 5 escolas do município, envolvendo centenas de estudantes, professores e servidores.

Desde quarta-feira, 19, o setor de educação em parceria com o setor de produção vem despertando a curiosidade de jovens e crianças para a origem dos alimentos. Para Marcos Bertachi, Direção Estadual do Setor de Educação, impressionou o

desconhecimento sobre o tema dos agrotóxicos e as alternativas ao modo de produção convencional, praticado pelo agronegócio.

”Há um choque no público quando afirmamos que o consumo de agrotóxicos tem aumentado no Brasil. Hoje cada pessoa já ingere 7 litros de veneno por ano, mas o principal questionamento é sobre a alternativa a essa realidade. A população não sabe que é possível produzir orgânicos em escala, substituir o veneno pela agroecologia e tornar o alimento saudável acessível às cidades. Este é o papel da Reforma Agrária”, garante Marcos.

Ele ressalta ainda que os debates visam alcançar as famílias e quebrar o pré-conceito em relação ao MST. “Quando dialogamos com jovens e crianças, eles certamente levam informações e questionamentos para casa. Numa cidade que possui apenas 11 mil habitantes o impacto desse trabalho é grande. A conquista desse apoio é central para a Reforma Agrária Popular”.

Durante as discussões, os alunos conheceram alguns alimentos produzidos nos assentamentos e acampamentos do entorno de Campo do Meio e descobriram que boa parte da merenda servida é resultado da luta pela terra na região.

A cidade recebe 7 variedades de alimentos, aproximadamente 500 kg por mês, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os produtos chegam a escolas e, ainda, ao CRAS, à Vila Vicentina e à APAE, beneficiando centenas de famílias em situação de vulnerabilidade social, como explica Maysa Mathias, do Setor de Produção do MST.

“Isso só acontece porque há um processo de luta em Campo do Meio. As famílias ocuparam terras, resistem há 19 anos e mesmo sendo uma boa parte ainda acampada, mesmo com o acordo recente que nos retirou da sede da antiga Usina Ariadnópolis, elas ainda conseguem produzir, mas essa quantidade poderia ser muito maior se o Estado resolvesse o conflito”, cobra a militante.

Maysa destaca ainda que a política do PAA está sob ameaça, após o impeachment de Dilma Rousseff. “O PAA garante que os produtos da agricultura familiar cheguem até as

idades, em alguns casos se configura como a principal fonte de renda das famílias produtoras e por outro lado, contribui para reduzir a fome na cidade e permitir o acesso aos alimentos sem agrotóxicos. É uma política que beneficia os trabalhadores de ponta a ponta, e por isso mesmo, é uma das primeiras políticas, das tantas que estão sob ameaça de serem cortadas, após o golpe que instituiu Temer no governo.”

O Festival é cultura de luta

Nos dias 22 e 23 de outubro, o MST realiza o 1º Festival de Cultura Campesina do Sul de Minas. A programação foi pensada para dialogar com a cidade onde ocorre o conflito de terra mais antigo de Minas Gerais, a luta pelas terras de Ariadnópolis.

Trata-se de 6mil hectares, ocupados pela primeira vez em 1997, por trabalhadores da antiga usina, falida desde 1983. Após inúmeros despejos e ameaças, as terras foram adjudicadas pelo Estado mineiro, no entanto, a área da sede ficou de fora do processo que resolveria a questão.

Em agosto, um acordo com a justiça de Minas Gerais determinou a saída do território da sede, até que a decisão final do judiciário fosse publicada. Enquanto isso, o movimento procura mostrar para a sociedade a importância de sua presença no município e a urgência da solução.

“As famílias sofrem com a morosidade do judiciário e a forma que encontramos de denunciar isso, sem aprofundar os conflitos é trabalhando com a cultura”, explica Mirinha Muniz, da Direção Estadual.

A programação é uma forma de reafirmar a cultura sem terra. Haverá shows gratuitos com violeiros, como Rubinho do Vale e Pereira da Viola, a banda Cantadeiras, composta por militantes do MST, a banda Quilombo, composta por militantes e acampados de Ariadnópolis e várias outras atrações musicais. Além disso, está prevista uma ciranda infantil com apresentações teatrais para toda família, Espaço da Saúde, Tenda de Troca de Saberes, Feira da Reforma Agrária e Culinária da Terra, com produtos da região, entre outros.

“Vamos mostrar que despejar famílias sem terra, é despejar toda uma produção cultural que envolve a organização, os alimentos que estarão presentes na Feira, a produção artística e de cultura popular. Estamos falando de toda uma vida social pulsante de arte e cultura, que pertence a estas famílias, é construída por elas”, ressalta a dirigente.

PAA entra em nova fase de apoio à agricultura familiar, diz ministro. Site do MDSA, 24/10/2016.

Osmar Terra destacou que meta é aumentar as compras feitas por órgãos públicos em todo o país

Brasília – O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) entrou em nova fase de apoio à agricultura familiar graças às compras feitas por órgãos públicos. Para o ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, ao incentivar as aquisições, o governo federal reforça a importância do trabalho dos agricultores familiares, responsáveis por 70% da produção de alimentos no país.

“Celebramos o início de uma nova era de apoio à agricultura familiar. Além dos recursos do Ministério do Desenvolvimento Social, estamos contando com o poder de compra de vários órgãos, como a Defesa, para reforçar a agricultura familiar”, afirmou.

Terra participou nesta segunda-feira (24) da abertura do *Simpósio de Compras de Alimentos da Agricultura Familiar*, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Casa Civil da Presidência da República e Ministério da Defesa. O encontro discutiu a estratégia de compras públicas, o potencial produtivo e os desafios da agricultura familiar.

“O PAA é um grande programa de prevenção da pobreza no Brasil. Ele tem um impacto muito grande e ajuda o agricultor a se manter na propriedade, a ter renda, evitando que ele fique ainda mais pobre ou que tenha que vender sua propriedade e ir para a cidade”, destacou o ministro.

Mercado – A parceria entre o MDSA e o Ministério da Defesa tem aumentado as compras da agricultura familiar por meio da Compra Institucional do PAA. Exemplo disso é a abertura, no último dia 19, de chamada pública no valor de R\$ 16,2 milhões para aquisição de 2.847 toneladas de alimentos. É a maior aquisição – em um único edital – na modalidade.

“As Forças Armadas participam há bastante tempo da aquisição de alimentos da agricultura familiar. Atesto que os produtos são de excelente qualidade e não há registro de problemas de entrega. A Defesa será parceira de primeira ordem do programa”, afirmou o secretário-geral do Ministério da Defesa, general de exército Joaquim Silva e Luna.

Participam do *Simpósio de Compras de Alimentos da Agricultura Familiar* representantes de órgãos públicos e agricultores familiares do Distrito Federal, Alagoas, Goiás e Minas Gerais.

Portal – No Simpósio, o MDSA e a Casa Civil da Presidência da República lançaram o portal Compras da Agricultura Familiar. No espaço, os agricultores encontrarão informações sobre como vender produtos por meio da Compra Institucional. Também estão disponíveis os modelos de chamadas públicas, contratos de compra e venda e orientações gerais sobre a legislação para aquisição de alimentos.

Para o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDSA, Caio Rocha, o portal é um grande instrumento para divulgar o PAA. “O Ministério do Desenvolvimento Social coloca à disposição da sociedade esse site para que a gente possa ter a maior transparência pública possível”, explicou.

Para agricultores familiares, PAA é sinônimo de segurança na comercialização. Site do MDSA, 24/10/2016.

Produtores rurais trocaram experiências em simpósio sobre compra institucional, em Brasília

Brasília – Segurança, oferta de produtos frescos e variados, fortalecimento da economia rural. Essas são algumas das vantagens apontadas pelos agricultores familiares que comercializam a produção na modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A iniciativa, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), possibilita que estados, municípios e órgãos federais comprem produtos da agricultura familiar de forma simplificada.

Durante o *Simpósio de Compras de Alimentos da Agricultura Familiar*, realizado nesta segunda-feira, (24), em Brasília, representantes deste mercado se reuniram para trocar experiências. Um deles é o agricultor Orélio Araújo da Silva, de Itaberaí (GO), representante da Coopcerrado. Formada por 3,5 mil famílias de agricultores extrativistas, a cooperativa é responsável pela produção de mais de 170 espécies típicas, entre folhas, frutos e raízes de plantas medicinais e cultivares, como pimenta, arroz, feijão e milho.

A Coopcerrado também administra uma indústria de beneficiamento de castanha de baru. Para Orélio, o PAA significa segurança na hora de comercializar a produção. “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é fundamental porque traz segurança na compra. No mercado, por causa de algumas intempéries, há contratos que não são cumpridos”, conta.

Quem também comemora a garantia de comercialização é a agricultora familiar Terezinha Araújo. Moradora de Samambaia (DF), ela divide com o marido, as filhas e a irmã a produção de doces, compotas e geleias naturais. “Não há possibilidade de entrar nas grandes redes de varejo, os impostos são muito altos. O sonho do pequeno produtor é vender para instituições”, destaca.

Também residente no Distrito Federal, Gildásio Mendes levou para o evento uma amostra do que a Associação dos Produtores Rurais de Alexandre Gusmão (Aspag) cultiva: hortaliças, verduras e frutas. Composta por mais de cem famílias, a Aspag participa da modalidade Compra Institucional há seis anos. “Nesta modalidade, a compra é programada e a quantidade, grande. O governo encomenda quantidades e prazos, e os cooperados podem se organizar para cumprir as metas”, explica.

Em outras regiões do país, o PAA também tem impacto direto na rotina dos agricultores familiares. “É um mercado fora de série. Só no Nordeste, tem potencial de quase meio bilhão de reais”, explica Antonino Cardozo (*foto acima*), representante da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e da Copaíba.

Morador de Piaçabuçu (AL), Cardozo é membro de uma das 40 famílias produtoras de coco e derivados. “A dispensa de licitação facilitou muito a vida das cooperativas. Essa modalidade de Compra Institucional nos deu oportunidade de disputar uma fatia do mercado”, comemora.

O *Simpósio de Compras de Alimentos da Agricultura Familiar* foi promovido pelo MDSA, Casa Civil da Presidência da República e Ministério da Defesa. O encontro discutiu a estratégia de compras públicas, o potencial produtivo e os desafios da agricultura familiar.

Seminário Internacional discute a luta contra os agrotóxicos. Íris Pacheco. Site do MST, 25/10/2016

De 24 a 26 de outubro, a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema (SP), recebe o Seminário Diálogos Internacionais sobre a luta contra os agrotóxicos.

Organizado pela “Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida”, o evento tem como principal objetivo promover o diálogo entre as inúmeras iniciativas de enfrentamento aos agrotóxicos em vários locais do mundo, fortalecendo as mobilizações conjuntas acerca de legislações, políticas públicas, ações diretas e iniciativas populares, articulando-as com lutas de populações urbanas em defesa da alimentação saudável.

Na mesa de abertura foi discutida a “Atualidade do Modelo agrícola e a realidade dos Agrotóxicos” no mundo, contando com a presença do vice reitor da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), Antônio Andrioli, Elvira Carvajal da Associação de Trabalhadores Agrícolas da Florida (FWAF / Via Campesina Região América do Norte – EUA) e Kathia Ivonne Ramirez do Comitê de Apoyo a los Trabajadores Agrícolas (CATA), New Jersey.

João Pedro Stedile, da coordenação nacional do MST/Via Campesina, também integrou a mesa e comentou que o plano de desenvolvimento da agricultura sempre foi dependente do capital e que as corporações transnacionais ao se apropriarem dos bens da natureza controlam os alimentos e promovem uma padronização da mercadoria.

“Os inimigos principais agora são os bancos e as corporações transnacionais, aliados à mídia burguesa”, ressaltou ao falar da ofensiva do capital sobre os territórios.

Nesse sentido, o Seminário também visa promover o debate junto a sociedade civil sobre o uso de agrotóxicos e transgênicos como parte integrante do complexo agroalimentar controlado pelas corporações do agronegócio e disseminada através de “campanhas de marketing e pesquisas compradas”, destaca a coordenação do evento.

Na noite de abertura, houve a apresentação do Dossiê Brasileiro sobre Impactos dos Agrotóxicos, que agora também tem uma versão online em espanhol.

Alimentos orgânicos da Reforma Agrária chegam a um dos maiores Shoppings de Porto Alegre. Catiana de Medeiros. Site do MST, 25/10/2016

A população de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, conta agora com mais uma opção para a compra de alimentos saudáveis. Na última terça-feira (18), assentados da Reforma Agrária de Nova Santa Rita inauguraram, junto a pequenos agricultores, a Feira de Orgânicos e Coloniais no estacionamento externo do Shopping Iguatemi, localizado no bairro Passo de Areia- rua Antonio Carlos Berta-.

Distribuída em quatro bancas, a produção de hortifrutigranjeiros, cereais, processados e panifícios dos assentamentos Santa Rita de Cássia II, Itapuí, Sino e Capela estarão disponíveis para compra todas as terças, das 10 às 16 horas.

De acordo com o Sem Terra Felipe Ristow Vodzik, um dos principais objetivos das famílias que participam da feira é divulgar os frutos da reforma agrária. “Muitas pessoas que moram aqui não conhecem os alimentos da agricultura camponesa, porque só compram em super ou hipermercados. Mas, nas feiras nós temos uma relação direta

com o consumidor, ele conhece o que os nossos assentamentos estão produzindo”, diz Vodzik.

Para a produção de alimentos, as famílias assentadas de Nova Santa Rita recebem assistência da Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos (Coptec). Segundo a assistente social Sandra Rodrigues, que acompanha os assentamentos do município, as feiras propiciam relações comerciais, renda aos produtores e preços baixos para os consumidores, contribuindo para que todos tenham acesso aos alimentos saudáveis, sem pagar caro por isso.

“Para que as famílias consigam permanecer no campo elas têm que ter renda. E é muito bom quando essa renda vem da produção de alimentos, que é uma das principais contribuições que os camponeses podem dar à sociedade. Queremos oportunizar às pessoas o acesso aos produtos livres de venenos e que elas compreendam a importância da reforma agrária popular não só para os agricultores, mas também para a cidade, pois se o campo não planta, a cidade não janta”, complementa Sandra.

As famílias que levam sua produção ao Shopping, um dos maiores da capital, estão organizadas na Cooperativa dos Trabalhadores Assentados na Região de Porto Alegre (Cootap), que detém os grupos gestores de hortas, frutas e do arroz agroecológico.

Segundo Vodzik, um dos objetivos centrais da cooperativa é disseminar a produção 100% orgânica. “Trata-se de disponibilizar alimentos saudáveis aos consumidores, mas também aos agricultores, porque estes são quem mais sofrem e têm prejuízos quando utilizam agrotóxico”, acrescenta.

Diversidade de alimentos

Para comercialização, as famílias Sem Terra levaram cenoura, beterraba, alho-poró, repolhos verde e roxo, vagem amarela, abobrinha, moranguinho, pêssigo, sucos de laranja e tangerina, arroz branco, integral e parboilizado, alface, couve, chicória,

tempero verde, entre outros alimentos. Todos são produzidos em áreas da reforma agrária e sem o uso de venenos.

Nas próximas terças-feiras, Vodzik adianta que também estarão disponíveis na feira alimentos processados. Eles são preparados pelos trabalhadores em uma agroindústria vegetal, prevista para ser inaugurada neste mês de novembro no Assentamento Itapuí. “O consumidor não vai ter trabalho para preparar sua alimentação, vai ficar muito mais fácil”, garante.

MARANHÃO: Conab fortalece parceria para a agricultura familiar. Site da CONAB, 26/10/2016.

Com o objetivo de viabilizar o fortalecimento da agricultura familiar e do extrativismo no estado do Maranhão, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) assina na sexta-feira (28), acordo de cooperação técnica com o governo do estado e com a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural.

A parceria será formalizada durante a Feira de Agricultura Familiar e Agrotecnologia (Agritec), que começa amanhã (27) no município de Viana/MA. O acordo prevê ações diretas de capacitação de produtores ligados a associações e ou cooperativas, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com prioridade para a inclusão dos povos e comunidades tradicionais e em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O termo de compromisso entre as partes inclui a disponibilização de recursos humanos, materiais e tecnológicas em atividades conjuntas.

A Conab estará presente nos três dias de Agritec, em estande institucional, com equipe divulgando os programas e ações da Companhia, como o Programa de Aquisição de Alimentos, a Política de Garantia de Preços Mínimos para a Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) e o Vendas em Balcão.

Nesta edição, a organização da feira prioriza a região denominada de território Campos

e Lagos, na Baixada Maranhense, que compreende 12 municípios: Arari, Cajari, Matinha, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, São Bento, São João Batista, São Vicente Ferrer, Viana e Vitória do Mearim. Nessa região vivem mais de 320 mil pessoas e cerca de 25 mil trabalham no cultivo de alimentos em pequenas propriedades.

Governo federal vai comprar mais de 297 toneladas de sementes da agricultura familiar. Site do MDSA, 27/10/2016.

As sementes serão adquiridas pela Conab nos estados do Mato Grosso do Sul e Piauí, por meio do PAA, na modalidade Aquisição de Sementes

Brasília – O governo federal vai adquirir mais de 297 toneladas de sementes de milho e milho crioulo da agricultura familiar. A compra será feita por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Aquisição de Sementes, nos estados do Mato Grosso do Sul e Piauí. Ao todo, serão investidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), coordenador do PAA, mais de R\$ 1,5 milhão.

A chamada pública será feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). As sementes serão doadas para agricultores familiares e assentados da reforma agrária, que tenham Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Física).

Podem participar da chamada pública associações ou cooperativas da agricultura familiar. Para o Mato Grosso do Sul, o período de apresentação de propostas de venda vai até o dia 31 de outubro. No Piauí, as propostas podem ser apresentadas entre os dias 27 de outubro e 4 de novembro. Os documentos deverão ser entregues nas superintendências regionais de cada estado.

O limite de participação, por organização fornecedora, por ano, é de R\$ 6 milhões, sendo que o limite por agricultor será de R\$ 16 mil anuais.

Portaria estabelece diretrizes para promoção da alimentação saudável nos ministérios. Site do MDSA, 27/10/2016.

Documento assinado pelo Ministério do Planejamento tem apoio do MDSA. Para o secretário Caio Rocha, iniciativa é exemplo a ser seguido por estados e municípios

Brasília – Uma Esplanada mais saudável para todos os servidores. Esse é o objetivo da portaria assinada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), nessa quarta-feira (26), em Brasília. O documento estabelece uma série de diretrizes para a promoção da alimentação adequada e saudável nos ambientes de trabalho do serviço público federal.

“A portaria é importante porque ela é o exemplo hoje no governo federal. E é um modelo para ser seguido pelos estados, municípios, entidades e por toda a sociedade”, explicou o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDSA, Caio Rocha.

A normativa prevê que os ministérios desenvolvam ações de educação alimentar e nutricional, práticas de hábitos de vida e alimentação saudável, avaliações de saúde dos servidores, entre outras estratégias. A portaria é uma ação de Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade coordenada pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), que é presidida pelo MDSA.

Além disso, o documento sugere que os refeitórios dos órgãos federais sigam o Guia Alimentar para a População Brasileira e adotem medidas para reduzir a oferta de produtos processados e evitar a de ultraprocessados.

“Temos que adotar as boas práticas de alimentação. Para a organização, isso é excelente, pois previne faltas por doenças e promove a saúde. Por outro lado, o servidor tem o papel disseminador. Somos mais de 1,4 milhão de servidores federais. Se todos falarem sobre o assunto, certamente isso terá um grande impacto na população”, afirmou o secretário de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Augusto Akira Chiba.

Ações – No Brasil, 57% da população está acima do peso e 21% da população adulta, obesa. O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário tem programas e ações para a promoção da alimentação saudável e adequada e, assim, combater o sobrepeso e a obesidade, doenças que decorrem da má alimentação.

O Programa de Aquisição de Alimentos, por exemplo, compra alimentos da agricultura familiar e doa a pessoas em situação de insegurança alimentar e para as que são atendidas pela rede pública de ensino, saúde e assistência social. Do outro lado, o PAA

fortalece a agricultura familiar e também contribui para a alimentação de qualidade dos produtores.

A água é outro fator importante na segurança alimentar e nutricional. Graças ao Programa Cisternas, as famílias do Semiárido têm água de qualidade para beber e para produzir frutas, verduras e legumes. Os produtos colhidos vão direto para a mesa das famílias, e o restante pode ser vendido. “Neste governo, nós ampliamos quase o dobro dos recursos que tinham para a política de água no Semiárido e no país”, ressaltou o secretário.

MDSA repassa R\$ 13,2 milhões a agricultores familiares do PAA. Site do MDSA, 27/10/2016.

Recurso começou a ser pago nesta quarta-feira (26) e irá beneficiar mais de 8,5 mil produtores

Brasília – Agricultores familiares que venderam os produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra com Doação Simultânea via Termo de Adesão, irão receber mais de R\$ 13,2 milhões no mês de outubro. O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) começou a fazer o pagamento na quarta-feira (26). Mais de 8,5 mil agricultores serão beneficiados com o repasse, em 172 municípios de 10 estados.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar, bem como àquelas atendidas pela rede socioassistencial, por meio de restaurantes populares, cozinhas comunitárias e instituições públicas de ensino, entre outros.

Segundo o coordenador do Programa de Aquisição de Alimentos do MDSA, Danilo Barbosa Mendonça, ao possibilitar uma fonte de renda, o PAA contribui para a autonomia dos agricultores familiares. Ao mesmo tempo, garante o acesso à alimentação de qualidade para beneficiários da rede socioassistencial na região.

“Isso tudo gera uma relação não só econômica, mas também de valorização e de identidade da região. O programa combate a pobreza extrema no campo. O PAA tem uma linha de ação bem completa”, afirma.

O dinheiro é depositado diretamente na conta do agricultor familiar. O saque pode ser feito com o cartão bancário específico do PAA, que também pode ser utilizado em operações de débito. Os pagamentos são feitos todo mês, permitindo que o agricultor receba o recurso, no máximo, 45 dias após a entrega dos produtos. Cada família pode vender até R\$ 6,5 mil por ano.

Compra com Doação Simultânea – A modalidade do PAA Compra com Doação Simultânea é executada com recursos do MDSA. A participação dos estados e município é feita por meio do Termo de Adesão, permitindo que a gestão local execute o programa de forma mais simples e ágil, garantindo transparência ao processo.

Milho transgênico aprovado pela CTNBio jamais foi testado em condições brasileiras. Luiz Felipe Albuquerque. Site do MST, 28/10/2016

No começo do mês de outubro, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou a importação e o consumo de duas variedades de milho transgênico - da Monsanto e da Syngenta - que jamais foram estudadas nas condições brasileiras.

Além do fato de nunca terem realizado estudos no país, chamou a atenção a velocidade com que essas duas variedades foram liberadas. Em apenas dois meses os membros da CTNBio liberaram um protocolo de recomendações a essas espécies. A média de tempo para todo esse processo costuma ser de 24 meses.

Não bastasse, gera estranheza o fato de que pelo menos um milhão de toneladas estaria aguardando essa autorização, conforme anunciou alguns órgãos de imprensa. Em entrevista ao Brasil de Fato, o engenheiro agrônomo e ex-membro da CTNBio, Leonardo Melgarejo, analisa o fato, os perigos que ele representa ao meio ambiente e à saúde da população e o papel que a CTNBio vem cumprindo desde sua criação, em 2005.

“Parece que os interesses comerciais foram mais importantes que todos os outros”, aponta o especialista. Para ele, a facilidade com que os transgênicos são aprovados no Brasil fez com que perdêssemos “a oportunidade de identificar o problema em seu nascedouro, antes que se tornasse grande”.

Confira a entrevista:

Brasil de Fato - Como você avalia o processo de aprovação das duas últimas variedades de transgênicos pela CTNBio?

Leonardo Melgarejo - É ilegal porque descumpre a legislação. É perigoso porque deixa de verificar transformações que podem ser expressas nessas plantas quando cultivadas no Brasil. Há um pressuposto básica na biologia de que as expressões biológicas são resultados de uma interpretação que o genoma da planta faz em relação às condições do ambiente.

As condições do ambiente faz com que as plantas expressem determinadas características. O genoma dá um mapa de potencialidades. Nossa preocupação com uma planta que nunca foi estudada no Brasil e que nunca existiu na natureza é que quando cultivada aqui expresse alguma condição que possa ser perigosa. Não sabemos se essa planta que foi estudada no norte dos EUA, submetidas às pressões do ambiente brasileiro, não expressarão alguma enzima que possa ser perigosa.

Outro ponto é que uma dessas plantas é produzida nos EUA com um cuidado para não ser consumida. Nos EUA, esse milho produzido para etanol é desenvolvido com cláusula de salvaguarda que impede que ele entre na cadeia alimentar. Mas ele foi importado para entrar no Brasil na cadeia alimentar, e os grãos que caírem nas lavouras vão gerar pólen férteis que fecundarão outros grãos e vão transferir essas características para as lavouras do Brasil.

Um agricultor que estiver na rota de um caminhão que saia do porto com essa carga pode, no ano que vem, estar colhendo esse tipo de milho. E vai comer, vai dar para os porcos, galinhas, e isso é muito perigoso. Qual é o problema que pode vir? Não sabemos, e é exatamente por isso que temos que estudar. Mas sabemos um fato básico da biologia: o clima afeta as expressões biológicas.

E o outro milho?

O outro milho foi produzido nos EUA pela Monsanto para enfrentar a seca. Como é que

vamos impedir que esse milho seja produzido no Brasil? Qual é o agricultor que não vai querer testar esse milho nas suas condições? E esse milho foi autorizado para importação só para consumo, não para plantio. Para ser plantado no Brasil, antes ele tem que ser estudado em pequenas áreas experimentais.

O salto mortal dado nesse mecanismo é que antes dessa aprovação, só entrava no Brasil milho transgênico em pequenos pacotinhos, lacrados com dois envelopes, transportados em carro especial que ia do aeroporto direto para as estações de pesquisa das empresas, e tinha toda uma equipe de biossegurança responsável para que nenhum grão se perdesse. Eles tinham que dizer para a CTNBio quantas gramas compraram, quantas iam ser plantadas, onde, tinham que georeferenciar o lugar do plantio para o Ministério da Agricultura poder fiscalizar, além de ter que comprovar que queimou o resto do milho que sobrou. Isso com um saquinho de 100 gramas ou três quilos. Agora é 1 milhão de toneladas que entra sem passar por esse mecanismo, e vai direto para consumo sem ser estudado afirmando que não será plantado no Brasil, quando sabemos que isso é impossível. Isso sem falar que os estudos para realizar o impacto na saúde humana e animal nem foram realizados.

Como explicar uma votação tão rápida como a que ocorreu?

Parece que os interesses comerciais foram mais importantes que todos os outros. Imagino a dificuldade que eles tiveram para ler, fazer juízo e estabelecer um protocolo de recomendações em 30 dias para documentos que são tão intensos e tem tanta bibliografia que tem que ser consultada. Por isso fico surpreso com a rapidez com que examinaram e emitiram parecer a favor. Cerca de duas semanas para avaliar e escrever um parecer sobre um processo decisório tão complexo.

A CTNBio tem 27 membros que avaliam os processos que chegam lá toda semana. A cada mês a lista de processos é um documento com mais de 40 páginas. É impossível todos os membros lerem todos os processos, o que significa que a maior parte dos casos os membros votam com base no resumo feito por algum membro que leu o processo.

A representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na CTNBio, Karen Friedrich (substituindo o titular Paulo Kageyama, que faleceu em maio deste ano), pediu vistas do processo para poder opinar sobre ele, dado que ela teria que votar sem conhecê-lo. Ao lê-lo, encontrou problemas. Fez um relatório dizendo que se posicionava

contra a aprovação deste pedido. Esperava-se que a CTNBio discutisse essas considerações, mas aconteceram dois desdobramentos importantes. O primeiro é que a CTNBio nomeou rapidamente o sucessor do Paulo Kageyama, que compareceu na sua primeira reunião neste momento de decisão. Como os outros - que não leram o processo sem saber o que estava sendo votado - tomou uma atitude inédita: ele era o representante titular do MDA e votou contra o parecer escrito do próprio órgão que representava.

O MDA passou a ter duas posições naquele momento. Uma por escrito alertando problemas para a agricultura familiar e outra posição verbal sem conhecer o assunto simplesmente negando a relevância dos dados apresentados por escrito pelo próprio MDA.

Mas esse constrangimento não ficou nisso. Essa semana a CTNBio está propondo uma alteração nas normas, considerando que quando um produto entrar com urgência - e quem decide o que é urgente é o presidente da CTNBio - o pedido de vista só será concedido se a maioria aprovar. Ou seja, nesse caso a Karen poderia dizer: “eu quero ler o processo para poder votar”, e as pessoas responderiam a ela que não poderia, que teria que votar sem ler.

É inadmissível esses movimentos atuais. Quanto a CTNBio, se ela está funcionando bem ou não, os dados demonstram que ela é uma instância em que não há rejeição de pedidos.

Quantas variedades de transgênicos já foram aprovadas pela CTNBio desde sua criação, em 2005?

Cerca de 80.

E quantas foram recusadas?

Nenhuma.

Isso não parece meio estranho?

Como podemos conceber uma instância de avaliação científica que não tem dúvidas? É uma instância de avaliação científica que decide que os argumentos apresentados pela empresa interessada em vender o produto são suficientemente sólidos e robustos para não permitir novas dúvidas. Quando surge um caso como esse, de um parecerista pedir vistas e apontar elementos de dúvida que exigiria novos estudos, essa questão é varrida para baixo do tapete numa eleição aparentemente democrática.

A ciência sempre progrediu quando se deu atenção à minoria. Normalmente a minoria é quem identifica problemas, porque como a sociedade é muito ingênua, ela aceita os produtos como bons, e esses produtos são utilizados de maneira irrefletida como sendo adequados, até um momento que se acumulam tantas evidências de que são ruins que são obrigatoriamente descartados.

Perdemos a oportunidade de identificar o problema em seu nascedouro, que seja descartado antes que se tornasse grande. Os transgênicos são aprovados com base nos argumentos das empresas, jogados no mercado e aqui ficarão até que surjam outros produtos para substituir os primeiros quando se mostrarem inviáveis. Todas essas mitologias dos transgênicos se comprovam falsas. Eles foram contrariados pela realidade desde o início. Essa obsolescência dos produtos vem sendo observada tardiamente quando existem problemas novos e mais graves, mas os problemas ambientais não vem sendo detectados. Não estamos acompanhando o fato de termos 35 milhões de hectares de milho com essas proteínas tóxicas sendo deixadas no solo.

Pará: Conab beneficia 12,4 mil famílias com cestas de alimentos. Site da CONAB, 31/10/2016.

Cerca de 25 mil cestas de alimentos foram distribuídas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no estado do Pará em 2016. A ação beneficiou 12.424 famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. O investimento nesta ação foi de R\$ 2,46 milhões, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Foram contemplados indígenas, atingidos por barragens, pescadores artesanais, terreiros, quilombos e comunidades de acampados da reforma agrária. Foram doados

produtos como açúcar (93,6 toneladas), arroz (93,6 toneladas), farinha (96,6 t), feijão (144,9 t), flocos de milho (48,3 t), leite em pó (51,2 t), macarrão (48,3 t) e óleo de soja (96,6 mil latas).

Os alimentos foram retirados nas unidades da Conab no estado e distribuídos por entidades parceiras como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Palmares, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e os Distritos Sanitários Especiais Indígenas do Ministério da Saúde (DSEI).

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrgio, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa